



h. 2

MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
07 DE AGOSTO DE 2018

N.º 16/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Prof. Urbano Salgueiro Vidal. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – XXIX Semana Cultural – Posição do Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	4
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2) – Apoio Grande Prémio de Portugal Nacional 2.....	5
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal	6
3 – Prestação de Serviços – “Transportes Escolares” – Circuito Especial n.º 5 – Ratificação de Despacho.....	6
4 – Passeio de Viaturas 4x4 – Emissão de Parecer.....	11
5 – Pedido de Indemnização por danos sofridos em viaturas - Requerentes: André Ferreira de Carvalho; Vítor Manuel Raimundo de Castro; José Alberto Vicente Monteiro.....	12
Serviços de Tesouraria	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 13 de julho a 02 de agosto de 2018.....	15
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Maria Augusta Esteves – Freguesia da Cumieira	16
8 - Praga dos castanheiros - “Largadas de Tormus sinensis - BioVespa”.....	18



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

- 9 – Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2018/2019 – Aprovação da Minuta do Protocolo a Celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião..... 20

Serviço do Desporto

- 10 – Real Clube Penaguião – Futsal Feminino – Pedido de Participação Financeira... 21

Serviço da Ação Social

- 11 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Pedido de Apoio Financeiro..... 22

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 12 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 23



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

XXIX Semana Cultural – Posição do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou o seguinte documento: -----

----- 1.1 – “Período antes da ordem do dia. -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exmos. Senhores Vereadores -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, vem no período de antes da ordem do dia, apresentar o seguinte assunto: -----

----- Considerando que a XXIX Semana Cultural terminou no dia de ontem, dia 6 de agosto de 2018, torna-se intempestivo tecer considerações quanto à forma como decorreu, deixaremos por este motivo a análise SWOT, e a relação custos/benefícios para uma próxima reunião. Afirmo, contudo, que se tratou de um conjunto de iniciativas positivas para o concelho e que na minha opinião apresentou algumas melhorias face ao ano anterior. Por uma questão de transparência e para o esclarecimento público, aguardaremos que nos seja apresentado um relatório e contas do referido evento, uma vez que foram envolvidos recursos financeiros e humanos significativos. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 07 de agosto de 2018. -----

----- O vereador, Ass: Daniel Teles -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles.” -----



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2) – Apoio Grande Prémio de Portugal Nacional 2

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (AMREN2), presidida pelo Município de Santa Marta de Penaguião, reuniu, tal como fez com outras entidades, com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, (TPNP E.R.) na pessoa do presidente daquele organismo, Dr. Melchior Moreira, com o intuito de solicitar apoio financeiro para o Grande Prémio de Portugal Nacional 2. -----

----- Como para todos os organismos aos quais a AMREN2 fez o pedido de colaboração para o Grande Prémio de Portugal Nacional 2, foi submetido no TPNP E.R. o processo de candidatura em nome da AMREN2. -----

----- No entanto, o Turismo do Porto e Norte de Portugal ER, enviou o protocolo de apoio para o Grande Prémio de Portugal Nacional 2, colocando como 2º outorgante o Município de Santa Marta de Penaguião, em vez da AMREN2. Após o contacto para correção do erro, fomos informados pela Diretora do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, Qualidade, Financeiro e Jurídico, da TPNP E.R., Dra. Maria Gabriela Escobar, que não seria possível alterar pois iria emitir um novo número de compromisso, o qual já não era possível, pois o Grande Prémio já havia terminado. -----

----- Desta forma, propomos que seja autorizada a transferência do valor correspondente ao apoio financeiro da TPNP E.R., 50.000€, para o Município de Santa Marta de Penaguião, para que posteriormente possa ser transferido para a AMREN2.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do protocolo de cooperação, bem como autorizar a transferência de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) para a AMREN2.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de julho.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 11 a 27 de julho de 2018. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Prestação de Serviços – “Transportes Escolares”
– Circuito Especial n.º 5 – Ratificação de Despacho**

----- 3 – Presente à reunião, para ratificação, despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 31 de julho do corrente ano, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre o seguinte assunto: -----

----- “À consideração do Ex.º Senhor Presidente da Câmara: -----

----- 1 - A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2018 (LOE2018), prevê e regula no seu artigo 61.º a matéria relativa aos valores gastos com contratos de aquisição de serviços, determinando nos seus n.ºs 1 e 2 o regime regra e no seu n.º 3 uma exceção possível, que deverá ser devidamente fundamentada. -----

----- 1.1 - No que respeita aos gastos com contratos de aquisição de serviços que venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017 não podem ultrapassar: -----



- a) Os valores dos gastos de 2017, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou -----
- b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base de cálculo dos gastos em 2017. -----
- 2 – A organização e controlo do funcionamento do transporte escolar no ensino básico são da competência dos municípios da área de residência dos alunos, nos termos do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, na sua redação atual e do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho. --
- No próximo ano letivo as datas serão semelhantes às do último ano letivo: o 1.º período começa entre 12 e 17 de setembro e termina a 14 de dezembro; o 2.º período começa a 3 de janeiro e termina a 5 de abril e o 3.º período começa a 23 de abril. -----
- Os alunos do 5.º, 6.º, 7.º 8.º e 9.º anos terminam a 14 de junho e, finalmente, os mais novos - do pré-escolar e 1.º ciclo - terminam a 21 de junho. O período de aulas do 9.º ano poderá prolongar-se por mais alguns dias em virtude da realização dos exames nacionais. -----
- Quanto às pausas letivas, estão previstas as seguintes interrupções: de 17 de dezembro a 2 de janeiro (Natal) e de 8 a 22 de abril (Páscoa). Haverá ainda a habitual interrupção do Carnaval, entre 4 e 6 de março. -----
- O ano letivo de 2018/2019 terá assim, aproximadamente 170 dias de atividade letiva. -----
- Considerando que o Município pretende celebrar um contrato de prestação de serviços de transportes escolares para o ano letivo de 2018/2019, para a deslocação dos alunos de Soutelo, Paradela do Monte e Justos a Santa Quitéria e regresso; -----
- Considerando que este é um percurso em zona de baixa densidade populacional e distante da sede do Concelho, sendo que neste momento o transporte de passageiros está a ser efetuado por uma empresa de transportes coletivos; -----
- Considerando que há a intenção de salvaguarda do interesse público relevante, no sentido de manter a carreira pública nestas localidades, sob pena de as mesmas ficarem mais isoladas;
- Considerando que o ponto 1.1 da Portaria n.º 766/84, de 27 de Setembro, refere que a adjudicação de circuitos especiais para o transporte de alunos será efetuada mediante a prévia realização de concurso, público ou limitado, conforme deliberação das câmaras municipais; -----
- Nesse sentido foi decidido por unanimidade na reunião de Câmara de 19/06/2018, aprovar o plano de transportes para o ano letivo de 2018/2019, assim como a abertura do respetivo procedimento de concurso público; -----



----- Considerando o valor reduzido do contrato a celebrar, tendo em conta os valores dos anos anteriores e que este é por norma um procedimento moroso e complexo; -----

----- Considerando que o concurso limitado deixou de existir com a aprovação do Código dos Contratos Públicos (CCP) e que no seu ponto 3.5 da referida Portaria - concurso limitado - é dito que a adjudicação deverá ser feita à proposta de mais baixo preço, salvo se for intenção salvaguardar o interesse público relevante, situação que se verifica; -----

----- Nesse sentido e considerando o estipulado no CCP pode ser usado o ajuste direto para a contratação do prestador de serviço. -----

----- 2.1 – O n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permite que o Presidente pratique quaisquer atos da competência da câmara municipal, quando por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade. -----

----- 3 – O artigo 18.º do CCP refere que a escolha do procedimento deve ser feita tendo por base o valor do contrato a celebrar. -----

----- 4 - Nos termos previstos no artigo 47.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o preço base é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais renovações do contrato, sendo que para efeitos do n.º 3 do mesmo artigo, o preço base definido para o presente procedimento justifica-se através dos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo. Assim: -----

Serviço	Prazo	Condições	Pr. Unit.	Pr.total
Transportes escolares – Circuito Especial nº 5	170 dias	Caderno de Encargos	45,65 €	7 760,00 €
				7 760,00 €

----- 5 - De acordo com o n.º 2 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais o Município já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores (2016, 2017 e 2018), na sequência de consulta prévia ou ajuste direto adotados nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP (aquisição de bens e serviços), propostas para a celebração de contratos cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas, ou seja, de 75.000,00 € e 20.000,00 €, respetivamente. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 07 de agosto de 2018



----- 5.1 - A alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º da mesma disposição legal, que versa sobre o procedimento de ajuste direto, ou seja, quando o valor é inferior a 20.000,00€, pelo que no caso concreto e considerando o explanado, pode ser usado este procedimento: -----

Cód. Terceiro	Contribuinte	Nome	Data Adjudicação	Procedimento	Valor
4	500038619	AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA, LDA	2016	Ajuste direto	7 310,00 €
			2017		3 250,00 €
			2018		- €
				TOTAL	10 560,00 €

----- 6 - Considerando o preço base de 7.760,00 €, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, verificamos que é cumprido o exposto n.º 2 do artigo 61.º da LOE2018, uma vez que o mesmo está calculado de acordo com o preço unitário, que serviu de base de cálculo dos gastos com contratos de aquisição de serviços com idêntico objeto de contrato vigente em 2017. -----

----- 7 – Considerando o valor referido no ponto anterior e que esta despesa está prevista na rubrica orçamental 2.1.2. 02. 02.02.10, inscrita no n.º 2014/A/41 – Pj/Ac n.º 01/14 do PAM (Plano de Atividades Municipal), foi elaborado o respetivo cabimento (PRC n.º 1062). -----

----- 8 - Considerando ainda que a Assembleia Municipal em sessão de 07/12/2017, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LPCA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- 9 - Face ao exposto, **sugere-se** que o Sr. Presidente da Câmara ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, ripristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, conjugado com a alínea g) do n.º 1 e do n.º 3, ambos do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ainda do n.º 1 do artigo 36.º e o artigo 38.º, ambos do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo anexo III do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 agosto e ainda a alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º do mesmo diploma: -----

----- 9.1 - **Autorize** ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando o explanado no ponto 2 desta informação, a realização do procedimento de **ajuste**



direto e correspondente despesa, devendo neste caso o despacho ser objeto de ratificação na próxima reunião de câmara; -----

----- 9.2 - **Autorize** ao abrigo do n.º 3 do artigo 61.º da LOE2018, a dispensa do disposto no n.º 1, nos termos previstos no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, com os fundamentos referidos no ponto 2; -----

----- 9.3 - **Aprove** o preço base, definido nos termos do art.º 47.º do CCP, propondo-se o valor de 7.760,00 €, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 9.3 - **Aprove** o caderno de encargos (instruído conforme o artigo 42.º do CCP) e o convite (nos termos do artigo 115.º do CCP) anexos, devendo para o efeito endereçar-se o convite a: ----

----- - Auto Viação do Tâmega, Lda (NIPC: 500 038 619). -----

----- 9.4 - **Designe** como Gestor do Contrato (al.ª i) do n.º 1, do artigo 96.º e artigo 209-A, ambos do CCP) o seguinte elemento: -----

----- - Artur Augusto Silva Cardoso.” -----

----- Sob com, informação do Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos: -----

----- “À consideração do Exmº Senhor Presidente da Câmara: a presente informação encontra-se de acordo com a legislação vigente sobre a matéria.” -----

----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, a ratificar, com o seguinte teor: -----

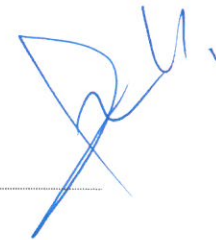
----- “Autorizo o ajuste direto em questão e a respetiva despesa. -----

----- Autorizo a dispensa solicitada. -----

----- Aprovo o preço base, caderno de encargos e o convite, nos termos propostos. -----

----- Designo como Gestor do Contrato o Sr. Artur Augusto Silva Cardoso”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----



Passeio de Viaturas 4x4 – Emissão de Parecer

----- 4 – Presente à informação do Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Endless Ways, pretende organizar o evento “O Caminho mais Longo” passeio para viaturas 4x4 que atravessará Portugal de norte a sul, desde Chaves até São Brás de Alportel, que se realiza entre os dias 8 a 11 de novembro de 2018, sendo que a prova passará no nosso Concelho. -----

----- De acordo com no artigo 7.º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de São Brás de Alportel. -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e) no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual conforme os n.ºs 3 e 4 do artigo 8.º, deve ter em conta: -----

1. O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----
2. O número de participantes; -----
3. A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----
4. A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a deliberar quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 3.º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.”---

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento “O Caminho mais Longo”. -----**



Pedido de Indemnização por danos sofridos em viaturas

– Requerentes: André Ferreira de Carvalho; Vítor Manuel

Raimundo de Castro; José Alberto Vicente Monteiro

----- 5 – Presente à informação do Senhor Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Os Senhores André Ferreira de Carvalho, Vítor Manuel Raimundo de Castro e José Alberto Vicente Monteiro, residentes, respetivamente, na Vila de Santa Marta de Penaguião e no Lugar do Bom Viver, em Sanhoane, vêm solicitar a assunção da responsabilidade, por parte do Município, com vista ao pagamento da indemnização pelos danos causados nas suas viaturas, aquando da limpeza na Rua do Combatentes e no Lugar do Hospital, em S. Miguel de Lobrigos, nos dias 16 e 19 de Julho último e pelo “mau estado da via/pavimento” do arruamento no referido Lugar de Bom Viver, em Sanhoane. -----

----- Os dois primeiros indicados requerentes invocam, em defesa do direito reclamado, os argumentos de que quando nos dias acima referidos, os trabalhadores do Município procediam à limpeza daqueles espaços públicos com máquinas “roçadoras” fazendo com que fosse projetada uma pedra que foi embater nos vidros traseiro e lateral direito frente das suas viaturas marcas Ford Transit e Renault, matrículas 85-97-VT e 85-63-TX, que ali se encontravam estacionadas, provocando-lhes a quebra desses vidros. O terceiro requerente invoca que no dia 2 de Abril do corrente ano “quando se deslocava para casa o carro resvalou e bateu numas pedras por baixo, partindo e danificando” a sua viatura marca Citroen, matrícula 46-74-XJ. Todos os requerentes fundamentam o valor peticionado mediante a apresentação de orçamentos. -----

----- Neste contexto, cumpre informar: -----

----- O Regime Jurídico da Responsabilidade Civil Extracontratual da Administração Pública (RJRCE) decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, na sua atual redação, subdivide essa responsabilidade: i) Por danos resultantes do exercício da função administrativa; ii) por danos resultantes do exercício da função jurisdicional; e iii) por danos resultantes do exercício da função legislativa. -----

----- Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1 do artigo 8.º do supracitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coléticas. -----



----- A mencionada disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos: i) a prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (ou por omissão), no exercício de funções públicas ou por causa delas; ii) imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; e iii) da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

----- Da mesma forma dispõe o artigo 483.º Código Civil, que “aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação”. -----

----- Por sua vez, o artigo 9.º do RJRCE determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, os funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infringam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

----- Quanto à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1 do artigo 10.º do RJRCE, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

----- Finalmente, como acima referimos, tais factos, deverão, ainda, caracterizar-se como ilícitos.

----- A ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, conforme resulta do artigo 9.º do RJRCE: i) ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem; ou ii) se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios. ---

----- Ora, nestes casos, os requerentes referiram que os prejuízos foram provocados na sequência: i) de pedras que saltaram aquando da limpeza por parte de trabalhadores municipais em espaços públicos, na Rua do Combatentes e no Lugar do Hospital, em S. Miguel de Lobrigos; ii) do mau estado da via/pavimento do arruamento no Lugar de Bom Viver, em Sanhoane. -----

----- A Câmara Municipal, enquanto entidade gestora do espaço do domínio público municipal e responsável pela realização dos trabalhos de manutenção e de ajardinamento, da conservação e manutenção das vias municipais nas condições de circulação do trânsito automóvel, caber-lhe-á a responsabilidade de garantir a segurança dos seus próprios trabalhadores quer a segurança



das pessoas e bens que circulavam ou se encontrem nesse espaço enquanto decorriam tais trabalhos, quer, ainda, dos veículos automóveis que transitam na rede viária municipal. -----

----- Por outro lado, os Serviços Municipais respetivos, confirmam serem verdadeiros os factos relatados pelos requerentes, ou seja, que a movimentação da máquina "roçadora" provocou o arremesso de uma pedra que bateu nos vidros traseiro e lateral direito frente, dos veículos automóveis dos Senhores André Ferreira de Carvalho e Vítor Manuel Raimundo de Castro, que naquela altura se encontravam estacionados na Rua do Combatentes e no Lugar do Hospital, em S. Miguel de Lobrigos e que o mau estado de conservação da estrada/arruamento no Lugar de Bom Viver, em Sanhoane, provocou os danos à viatura conduzida pelo Senhor José Alberto Vicente Monteiro. -----

----- Ora, face às informações produzidas, parece-nos haver um claro nexo de causalidade entre o ressalto das pedras provocado pelos trabalhos de manutenção e a má conservação da via municipal e os danos provocados nos veículos, salientando que os interessados fazem prova desses mesmos danos. -----

----- Assim, salvo melhor opinião, julgamos estarem reunidos os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual do Município. -----

----- Assim sendo, considerando que no âmbito da responsabilidade civil geral (apólice n.º 008 410 155 015) do contrato de seguro celebrado com a AGEAS Portugal, Companhia de Seguros, S.A., no caso dos danos relativos aos prejuízos causados nas viaturas dos dois primeiros requerentes não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, em virtude da mesma estar sujeita a uma franquia contratual, por sinistro, no valor de 250,00€, importância que é superior à reclamada e, no caso dos danos provocados na viatura que circulava a via municipal do lugar do Bom Viver, em Sanhoane, pelo facto não reunir enquadramento nas garantias da mesma apólice, uma vez encontrarem-se excluídos, nos termos do artigo 8.º das Condições Particulares, conforme consta dos respetivos processos. -----

----- Pelo exposto, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar deferir as pretensões formuladas e proceder ao pagamento das indemnizações pelos danos sofridos nas respetivas viaturas, nos montantes peticionados, uma vez que decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento das mesmas, conforme se refere: -----

----- André Ferreira de Carvalho: - 168,00€; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 07 de agosto de 2018



----- Vítor Manuel Raimundo de Castro: - 238,03€; e -----

----- José Alberto Vicente Monteiro: - 285,13€. -----

----- Aos valores indicados acresce IVA à taxa legal em vigor." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento das indemnizações, nos termos da informação dos Serviços.** -----

----- O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- **"DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- *Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, em regime de não permanência e sem pelouros atribuídos, eleito nas listas do PPD/PSD, vem declarar o seguinte:* -----

----- *Relativamente ao pagamento das indemnização por danos causados pelo mau estado das vias públicas, sou da opinião que são legítimas. Contudo reitero ao Senhor Presidente da Câmara a necessidade de mitigarmos as suas causas, promovendo a regular limpeza e manutenção das vias públicas.*" -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, referiu o seguinte: -----

----- *Tendo presente a declaração do Senhor Vereador Daniel Teles, esclareço que dois casos estão diretamente relacionados com ações de limpeza e manutenção das vias públicas.* -----

----- *Assim sendo, solicito ao Senhor Vereador que se explique.* -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia

13 de julho a 02 de agosto de 2018

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 de julho a 02 de agosto de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 07 de agosto de 2018



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	02/08/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	3 833 637,81
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	3 339 453,97
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	494 183,84
Receitas Orçamentais		3 838 045,48	Operações de tesouraria	249 765,80
Correntes	3 584 105,38		Saldo para o dia seguinte:	193 140,25
Capital	253 940,10		Execução orçamental	97 359,48
Operações de tesouraria		244 670,43	Operações de tesouraria	95 780,77
Total		4 276 543,86	Total	4 276 543,86

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo
54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: Maria
Augusta Esteves – Freguesia da Cumieira**

----- 7 – Presente à reunião requerimento da Senhora Maria Augusta Esteves, na qualidade de proprietária, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- I - INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Maria Augusta Esteves, na qualidade de proprietária, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura pública de doação dos prédios que passo a descrever: -----



----- prédio rústico, sito no lugar de "Quintal", com a área de 968 m², inscrito na matriz predial sob o artigo 139-E, da Freguesia da Cumieira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 2140. -----

----- II - PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe "Medidas Preventivas", "a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios". -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o "parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
139-E	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços de Expansão predominantemente Habitacionais de Nível I

----- Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no prédio rústico supra na proporção de ½ indivisos a favor de dois filhos e respectivas esposas. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura pública de doação, visando a constituição de compropriedade no artigo supra, sem parcelamento físico, situação



diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

Praga dos castanheiros - "Largadas de Torymus sinensis – BioVespa"

----- 8 – Presente à reunião informação dos Serviços Técnicos da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "A vespa das galhas do castanheiro, é um inseto univoltino que induz a formação de galhas nos gomos e folhas dos castanheiros, provocando prejuízos graves na produção de castanha. ---

----- A luta biológica, baseada no inseto parasitóide específico *Torymus sinensis* Kamijo (Hymenoptera: Torymidae) é identificada no Plano de Ação Nacional, como um meio eficaz reconhecido para a redução das populações da vespa, com base na experiência de outros países. -----

----- De acordo com os focos existentes no nosso país, foi firmado contrato com a empresa GreenWood Service SRL para aquisição do parasitoide *Torymus sinensis* pela RefCast – Associação Portuguesa da Castanha e Direção Regional de Agricultura do Norte e do Centro. ---

----- No Município de Santa Marta de Penaguião, através da prospeção realizada pelo Técnico da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP-N) – Secção da Régua, Eng.º Artur Santos e Técnicos do Município foram identificados 15 locais estratégicos para a realização de



largadas do inseto parasitoide citado anteriormente. -----

----- Neste sentido e atendendo a que o Município é aderente ao protocolo BioVespa, celebrado com a RefCast, entidade homologada pela DRAP, foram adquiridas e feitas 15 largadas nos seguintes locais: -----

----- Medrões, atrás do Bairro Padre Mendes -----

----- Medrões, Mundo Novo (castanheiros da Senhora Paula Columbano) -----

----- Fontes, próximo da casa do Senhor Cesário Canário; -----

----- S. Pedro de Fontes; -----

----- Sta Quitéria; -----

----- Justos, início da localidade; -----

----- CM1240, junto aos soutos do Senhor Joaquim Teixeira Nogueira, próximo do limite do Concelho de Baião; -----

----- Justos, próximo do depósito de água; -----

----- Póvoa da Serra (próximo da placa de indicação da localidade); -----

----- CM1240, Soutelo, próximo da antiga pedreira; -----

----- Soutelo, nas proximidades da localidade; -----

----- CM1240, próximo do lugar da Touta, Paradela do Monte; -----

----- Paradela do Monte, próximo das Escolas; -----

----- Fiolhais, meio da localidade; -----

----- Fornelos, próximo do Lugar de Boi Morto." -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Serviço da Educação

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2018/2019 – Aprovação
da Minuta do Protocolo a Celebrar entre o Município e o Agrupamento
de Escolas de Santa Marta de Penaguião

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião, no âmbito do desenvolvimento das atividades complementares de ação educativa no 1.º ciclo do ensino básico, assumiu com o Ministério da Educação a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, por força da assinatura com aquele Ministério do contrato de transferência de competências em matéria de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho e suas posteriores alterações. -----

----- De acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto que define as regras a observar no funcionamento e na oferta das atividades de enriquecimento curricular (AEC), refere no seu art.º 15.º que em caso da entidade promotora das AEC ser uma das entidades referidas nas alíneas b), c) e d) do art.º 13.º (autarquias locais, associações de pais e de encarregados de educação ou instituições particulares de solidariedade social), “*estabelece um protocolo de colaboração, de acordo com a minuta disponibilizada pela Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares*” (DGEstE), com os respetivos agrupamentos de escolas, onde se identifiquem: -----

- i) As atividades de enriquecimento curricular; -----
- ii) A duração semanal de cada atividade; -----
- iii) O local ou locais de funcionamento de cada atividade; -----
- iv) As responsabilidades e competências de cada uma das partes; -----
- v) Número de alunos em cada atividade: e -----
- vi) Os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC. -----

----- Por outro lado, a duração das atividades, ou seja, os domínios de oferta das AEC e respetivas durações diária e semanal foram fixadas pelo Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, após auscultação do Município, ao abrigo da competência que lhe está atribuída pelo art.º 10.º da referida Portaria. -----



----- Por deliberação tomada em reunião realizada no passado dia 3 de julho, a Câmara Municipal já havia aprovado o recrutamento de até nove técnicos para a realização das atividades educativas e formativas no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular, para ocupação dos correspondentes postos de trabalho referidos, mediante a abertura do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo resolutivo certo a tempo parcial), pelo período de um ano letivo (2018/2019), nos termos das alíneas f) e i) do artigo 57.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, recorrendo aos mecanismos previstos no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Face ao referido, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre Agrupamento e o Município, anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião e o Município.** -----

Serviço do Desporto

Real Clube Penaguião – Futsal Feminino

– Pedido de Participação Financeira

----- 10 – Presente à reunião ofício do Real Clube Penaguião, registado sob o n.º 1637, de 31 de julho de 2018, com o seguinte teor: -----

----- “Como é sabido, a equipa de Futsal Feminino do Real Clube Penaguião conseguiu a manutenção no Campeonato Nacional de Futsal Feminino, ou seja, conseguimos um feito inédito que trouxe grande promoção para o nosso concelho e que em muito nos deve alegrar. -----

----- Posto isto, e em virtude desse facto, tivemos muitas despesas que não estavam previstas e que nos deixaram com algumas dificuldades económicas. -----



----- Gostaríamos que a digníssima Câmara a que V. Ex.^a mui bem preside, nos atribuísse um prémio de manutenção por todo o empenho e dedicação que este clube demonstrou ao longo da época cessante. -----

----- Não esquecemos o apoio que nos proporcionaram ao longo da época e que aproveitamos para a agradecer, pois sem a união de todos não seria possível. -----

----- Estamos a dar o nosso melhor e a contribuir para o desenvolvimento da modalidade na nossa localidade, não esquecendo a excelente promoção que fazemos do nosso Concelho. -----

----- Confiante na atenção que dará ao nosso pedido, queira receber os nossos mais distintos cumprimentos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

Serviço da Ação Social

A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Pedido Apoio Financeiro

----- 11 – Presente à reunião ofício da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, registado sob o n.º 1537 de 17 do corrente mês de julho, com o seguinte teor: -----

----- “Em conformidade com as necessidades impostas pelo crescimento da A2000, as quais foram comunicadas a V.^a Ex.^a em reuniões anteriores, torna-se imprescindível a realização de pequenas obras de melhoramento das condições de conforto/trabalho nas 2 lojas cedidas pelo Município de Santa Marta de Penaguião, na Rua Marechal Teixeira Rebelo. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 16 de 07 de agosto de 2018

----- As obras, a realizar durante o mês de Agosto/2018, incluem melhoramentos ao nível da iluminação elétrica (novos projetores LED...), hall de acesso e ventilação dos WC, pequenas correções e pintura de paredes, colocação de detetores de incêndio, hall de entrada nas lojas, etc... bem como o respetivo mobiliário. No total as referidas obras importarão em cerca de 10.000€ + IVA. -----


----- Assim, solicitamos a V.^a Ex.^a um apoio financeiro, através de subsídio não reembolsável, para a realização das referidas obras de melhoramento da infraestrutura das 2 lojas propriedade do Município." -----


----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 12 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)